

## ATA NÚMERO 17

### Sessão Ordinária de 27 de setembro de 2024

-----Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Amarante, em sessão ordinária, devidamente convocada, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do respetivo Regimento, para ter início às vinte horas, com a seguinte ORDEM DO DIA:-----

1. **Relatório de atividades e situação financeira do Município** – Para conhecimento.-----
2. **Relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao primeiro semestre de 2024** - (Registo n.º 7599/2024/09/12) – Para conhecimento.-----
3. **Nona alteração Orçamental - Segunda alteração modificativa (revisão) aos documentos previsionais do ano de 2024** - (Registo n.º 7595/2024/09/12).-----
4. **Desafetação de parcela de terreno do domínio público municipal** - (Registo n.º 10422/2023/11/30).-----
5. **Alteração ao Código Regulamentar do Município de Amarante - Livros III - Urbanismo, IV - Intervenção Sobre o Exercício de Atividades Privadas, VII - Receitas Municipais - Anexo VII/1 - Tabela de Taxas e VIII - Fiscalização e Sancionamento de Infrações** - (Registo n.º 5880/2024/07/11).-----
6. **Regulamento municipal de gestão de arvoredo em espaço urbano do Município de Amarante** - (Registo n.º 5750/2024/07/05).-----
7. **Autorização para a abertura de procedimento por concurso público internacional para a concessão de uso privativo do domínio público do Município de Amarante para instalação e exploração publicitária de mobiliário urbano e remoção de painéis de publicidade exterior** - (Registo n.º 7562/2024/09/12).-----
8. **Declaração de interesse público municipal** – Requerente: Scof II – Investments, S. A. – (Registo n.º 949/24 CIM).-----
9. **Declaração de interesse público municipal** – Requerente: Junta de Freguesia

de Ansiães – (Registo n.º 20167/2024/09/12). -----

**10. Designação de representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho Consultivo da Paisagem Protegida Regional da Serra da Aboboreira – (Registo n.º 20627/2024/09/19).-----**

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, assumiu a presidência da Mesa, sendo coadjuvado por Carlos Marques da Silva Macedo, como Primeiro Secretário, e José Luís Mesquita Peixoto, como Segundo Secretário, em substituição de Sara Moreira Machado. -----

-----Feita a chamada, verificou-se que estavam presentes os/as seguintes membros:-----

-----Pedro Manuel Pinto Ribeiro, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, Ercília Gonçalves Costa, António Ferreira Soares Araújo, Cândido Augusto Pires Zoio, João Carlos dos Santos Leite, Nuno Miguel Oliveira Sousa Queirós, Amélia Maria Gomes de Oliveira, Sara Luísa Magalhães Maia, Liliana Cristina Pereira Ribeiro, Carlos António da Silva Carvalho, Torcato Fernando Carvalho Ferreira, José Luís Mesquita Peixoto, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, Vítor Manuel Briga Rei, Simone Guedes de Oliveira, Carlos Alberto Freitas Miranda, Rui Pedro Barreira Morais, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, José Joaquim Magalhães Teixeira, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Carlos Marques da Silva Macedo, Ana Margarida Fernandes Carvalho, Sandra Patrícia Nogueira Costa, José Augusto Oliveira Araújo e Joaquim Augusto Teixeira. -

-----Presidentes de Junta de Freguesia, ou seus/suas representantes: Ansiães – António Fonseca Brandão; Candemil – Ana Sofia Marinho Briga; Fregim – Sandra Castro Fraga; Fridão – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós; Gondar – Hugo Vaz; Gouveia (São Simão) – Joaquim de Oliveira; Jazente – Daniela Conceição Teixeira Ribeiro; Lomba – José Filipe de Jesus Carvalho; Louredo – António Jorge Barbosa Torres; Lufrei – António Alexandrino Ferreira de Magalhães; Padronelo – Armando Jorge Pinheiro Coimbra; Rebordelo – Cláudia Daniela Mota e Silva; Salvador do Monte – Pedro Davide Leite Fernandes; Telões – Ivone Sofia Ribeiro; Travanca – Fernando José Teixeira da Cunha; Vila Caiz – José António Pereira Ferreira; Vila Chã do Marão – Rui Filipe Coelho; Vila Meã – Lino Manuel Macedo; União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão – Américo Paulo da Silva Ribeiro; União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei – Ângelo Pereira Magalhães; União das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina) – Daniel António Teixeira Pinheiro; União das Freguesias de Olo e Canadelo – Sara Mónica Seixas Gomes Leite; União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa – António

Cândido Alves Pinheiro. -----

-----Pediram a substituição, e/ou justificaram a respetiva falta, os/as senhores/as deputados/as: Alexandra Gabriela de Almeida Bento Pinto (substituída por Pedro Manuel Pinto Ribeiro), André da Silva e Ribeiro e Costa Magalhães (substituído por Liliana Cristina Pereira Ribeiro), Sara Moreira Machado (substituída por José Luís Mesquita Peixoto), Francisca Oliveira Teixeira Alves dos Santos (substituída por Sandra Patrícia Nogueira Costa), os/as senhores/as presidentes de junta de: Mancelos – Ricardo Samuel Teixeira Alves, União das Freguesias de Freixo de Cima e de Baixo – Alfredo Teixeira Carvalho e União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea – Henrique Jorge Monteiro. -----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo senhor Presidente, José Luís Gaspar Jorge, e pelos/as senhores/as vereadores/as: António Jorge Vieira Ricardo, Carlos Gonçalo Teixeira Pereira, Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista, Sílvia Isabel Brochado Araújo e Carlos Manuel Azevedo Pereira. -----

-----Seguidamente, após verificação do quórum, pelas vinte horas e trinta minutos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.---

-----De imediato, procedeu-se ao ato de tomada de posse da senhora Presidente da Junta da União das Freguesias de Olo e Canadelo, Sara Mónica Seixas Gomes Leite, em substituição de Marta Inês Ribeiro da Costa Marinho, que renunciou ao mandato. -----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Nos termos do disposto na alínea a), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento, procedeu-se à apreciação e votação da ata n.º 16, respeitante à sessão ordinária de 21.06.2024, tendo o senhor Presidente da Assembleia pedido dispensa da sua leitura em voz alta, uma vez que a mesma fora previamente disponibilizada na plataforma informática. Não havendo inscrições para usar da palavra, procedeu-se à votação da ata, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Por força do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, não participaram na votação da ata n.º 16, por terem estado ausentes da respetiva reunião, os/as senhores/as membros: Cândido Augusto Pires Zoio, João Carlos dos Santos Leite, Carlos António da Silva Carvalho, Pedro Davide Leite Fernandes – Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador do Monte, Sara Mónica Seixas Gomes Leite, Américo Paulo da Silva Ribeiro, Presidente da Junta da União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão e Sara Mónica Seixas Gomes Leite, Presidente da Junta da União das Freguesias de Olo e Canadelo. -----

-----O senhor presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida mais relevante, desde a última sessão, de acordo com a alínea b), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento. -----

-----De seguida, nos termos da alínea c), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento, o senhor presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da entrada na Mesa de um voto de louvor e um voto de pesar, subscritos por todos os representantes dos grupos políticos municipais e do grupo de cidadãos “Juntos por Ansiães”, que a seguir se transcrevem: -----

-----“Voto de Louvor -----

-----A Assembleia Municipal de Amarante atribui um voto de louvor à população, aos bombeiros, às forças de segurança, aos autarcas e ao Serviço de Proteção Civil, nomeadamente do concelho de Amarante, que estiveram empenhados no combate aos terríveis incêndios que assolaram o nosso território. -----

-----Pelo enorme e árduo combate que travaram em prol da comunidade, dia e noite, até à exaustão, para evitar a perda de vidas e de património, são verdadeiros heróis nacionais, inteiramente merecedores de respeito, admiração e reconhecimento público. -----

-----Sem a sua coragem, determinação, resiliência, espírito de sacrifício e abnegação, as consequências desta tragédia seriam muito maiores e mais nefastas. A todos(as) eles(as), para além deste louvor, esta Assembleia Municipal expressa ainda a sua sincera gratidão. -----

-----Amarante, 27 de setembro de 2024.” -----

-----Submetido a votação, o voto de louvor foi aprovado por unanimidade. Encontravam-se presentes 46 membros dos/as 53 que compõem a Assembleia Municipal. Não participaram na votação deste voto de louvor o senhor deputado João Carlos dos Santos Leite e os/as senhores/as presidentes das juntas de freguesia/uniões de freguesias de: Fridão – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós, Travanca – Fernando José Teixeira da Cunha, e Vila Caiz – José António Pereira Ferreira, por não estarem presentes na sala. -----

-----“Voto de Pesar -----

-----Os amarantinos viveram, na passada semana, dias de desespero e preocupação, motivados pelos terríveis incêndios que assolaram várias das nossas freguesias, cujo rasto de destruição não se apagará, nos próximos tempos, da nossa memória coletiva, sentimento que se estendeu, também, aos concelhos vizinhos. --

-----Não obstante o incedível esforço da população, das forças de segurança,

doa autarcas e dos serviços de proteção civil, os prejuízos verificados no concelho de Amarante foram elevados, nomeadamente ao nível de culturas destruídas, produção florestal afetada, animas, maquinaria e instalações de apoio, entre outros. -----

-----A Assembleia Municipal de Amarante manifesta a sua solidariedade para com todos aqueles que foram afetados pelos recentes incêndios, deliberando, por unanimidade, a aprovação de um voto de pesar, mas também uma mensagem de solidariedade e de esperança aos munícipes afetados. -----

-----Amarante, 27 de setembro de 2024.” -----

-----Submetido a votação, o voto de pesar foi aprovado por unanimidade. Encontravam-se presentes 46 membros dos/as 53 que compõem a Assembleia Municipal. Não participaram na votação deste voto de louvor o senhor deputado João Carlos dos Santos Leite e os senhores/as presidentes das juntas de freguesia/uniões de freguesias de: Fridão – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós, Travanca – Fernando José Teixeira da Cunha, e Vila Caiz – José António Pereira Ferreira, por não estarem presentes na sala.-----

-----Seguidamente, deu-se início ao período para tratamento de assuntos de interesse geral do Município (n.º 3, artigo 17.º do Regimento). -----

-----Inscreveram-se para usar da palavra:-----

-----**O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Mais um início de ano letivo e os nossos alunos outra vez sem atividades de enriquecimento escolar. -----

-----Uma atuação que se tem vindo a deteriorar, por força da externalização da colocação dos professores das atividades de enriquecimento escolar, que passou a ser da responsabilidade de uma empresa contratada pelo Município para o efeito, e que pretende contratar esses profissionais com condições cada vez mais precárias e deixando ao livre arbítrio os critérios para a sua contratação. -----

-----A incapacidade desta resposta prejudica gravemente o desenvolvimento integral das crianças e a sua ligação ao meio envolvente. -----

-----As atividades de enriquecimento escolar têm como objetivo complementar a formação das crianças em diferentes áreas, desde as línguas, ao desporto, à ciência e à tecnologia. São atividades muito importantes, porque permitem às crianças desenvolver outras competências e interesses que não são abordados no currículo escolar e, ainda, contribuem para a promoção da igualdade de oportunidades entre os alunos, valorizando a diversidade e a descoberta de novas áreas do conhecimento.

Sabemos, ainda, que as atividades de enriquecimento escolar são um apoio relevante para as famílias que trabalham, garantindo o acompanhamento pedagógico e lúdico das crianças, no horário laboral dos pais.-----

-----O Partido Socialista continuará a defender a alteração do modelo de concretização das atividades de enriquecimento curricular, para que elas sejam efetivamente enriquecedoras para os nossos alunos, dando igualdade de oportunidades a todos. Por isso, para poderem ser concretizadas, só com uma alteração do modelo de funcionamento, que deve ser debatida com os parceiros da nossa rede associativa, aproveitando as mais-valias instaladas, defendendo a dignidade profissional dos profissionais das atividades de enriquecimento curricular e que coloque o aluno no centro de todo o processo. Com o modelo que defendemos, podemos, ainda, empoderar as associações de caráter desportivo e cultural.-----

-----Por isso, questiono a excelentíssima Câmara Municipal, para quando é que está previsto o início das atividades extracurriculares, atendendo a que o ano letivo já iniciou? E quando vai ouvir o PS, relativamente a esta matéria, para a se estabilizar as mesmas, nos próximos anos letivos, criando confiança nas famílias?" -----

-----**O senhor deputado José Joaquim Teixeira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"Vimos aqui, mais uma vez, solicitar a necessária e urgente limpeza da ecopista. Este equipamento apresenta, quase sempre, uma limpeza deficitária e a mesma é feita numa faixa muito reduzida, esquecendo os taludes. Para além disso, a ecopista exhibe, muitas vezes, um aspeto danificado, fruto de algum desleixo na manutenção. -----

-----É altura, de uma vez por todas, de o Município de Amarante começar a otimizar, planejar e executar os serviços de limpeza, a fim de aprimorar o uso destes espaços. -----

-----O Partido Socialista, devido à escassez de sepulturas, continua particularmente atento à situação da ampliação do cemitério municipal de Amarante, que nem ata nem desata. À data de hoje, qual é o ponto da situação da referida ampliação?-----

-----Constatou-se também que em agosto passado, ou seja, durante o verão, as piscinas municipais estiveram inoperacionais. Quais os motivos que levaram a esta situação?-----

-----Há pequenas obras essenciais, no dia-a-dia dos amarantinos, que nunca se concretizam. O caso mais paradigmático é o muro que ruiu junto ao Modelo-

Continente. Na última vez que indagámos o executivo, a obra estava em concurso e, até agora, nada. Afinal, quando é que se resolve esta situação? Porque para quem espera, o tempo é sempre muito e difícil de explicar.-----

-----Finalizo a minha intervenção com dois assuntos de natureza diferente. O primeiro tem a ver com o Cineteatro de Amarante, sobre o qual, na última Assembleia Municipal, abordámos a questão de o *placard* informativo não estar a funcionar. A situação continua e não se resolveu, até hoje. Questiono sobre as reais razões de o bar do Cineteatro ainda não estar a funcionar? -----

-----A bilhética do Cineteatro de Amarante tem causado algum ruído social. A população queixa-se que os bilhetes disponibilizados são poucos e inacessíveis para os espetáculos. Não vou fazer nenhuma acusação, mas aqui é o local certo para pedir os seguintes esclarecimentos: primeiro, há algum limite de aquisição de bilhetes por pessoa? O Município tem todo o direito de fazer os convites - não sei se a Câmara Municipal de Amarante os faz -, mas, no quadro de fazer convites, quais são os critérios? De igual modo, no quadro de fazer convites a instituições, quais são os critérios?-----

-----O segundo ponto, é para mostrar a nossa estranheza e também para saber as razões que levaram ao cancelamento de um evento com alguma notoriedade denominado «Tribol'Ada», apresentado, aprovado e inserido no programa «Amarante Cidade Desportiva»? -----

-----**A senhora deputada Ercília Costa, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"Os amarantinos puderam constatar com satisfação, desde há alguns dias, que o edifício do Ribeirinho onde se acolhe a Casa da Cultura e Juventude está a receber obras de beneficiação infraestrutural. Não tendo de conhecer exaustivamente a natureza e a descrição dos trabalhos a realizar, gostaria de saber se a questão ambiental foi considerada no caderno de encargos desta obra. Neste contexto, pergunto: a obra de beneficiação da Casa da Cultura e Juventude prevê a instalação de painéis solares térmicos e fotovoltaicos para contribuir para a redução da fatura energética e, conseqüente, redução da pegada ecológica? -----

-----Quantos e quais os edifícios públicos municipais, nomeadamente, escolas, jardins-de-infância, equipamentos desportivos e culturais, beneficiaram da instalação de painéis solares térmicos e ou fotovoltaicos? O ambiente agradece o contributo de todos e de cada um, entidades públicas e privadas, para minimizar os efeitos nefastos das alterações climáticas a que o planeta assiste, cada vez mais, com mais acuidade.

-----**O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Eu sou, porventura, um dos maiores amigos do senhor Presidente da Câmara Municipal, com muito gosto, e não obtive nenhum bilhete para o concerto de que falaram, do Pedro Abrunhosa, apesar de ter tentado. Diziam que os bilhetes eram só para os amigos do senhor Presidente, mas eu não consegui obter nenhum. Tentei, não através do senhor Presidente, mas tentei adquirir normalmente. Meus senhores, têm que ficar cientes de que, connosco, Amarante entrou uma era de modernidade. No vosso tempo, não havia o Cineteatro, nem sequer estávamos a discutir estas coisas. Amarante entrou na era da modernidade, sendo agora uma cidade cosmopolita. Como em outras cidades, quando se dá um concerto com muita procura, em poucos minutos, são feitas reservas online, e esgotam-se os 386 lugares de Cineteatro, é evidente. Eu não percebo como é que fazem disto uma questão política. Os outros assuntos são de intendência e acho que a Câmara responderá a isso. Meu amigo, não é política, «é intendência», como dizia o Dr. Armindo Abreu. A Câmara Municipal, com certeza, responderá e vai resolver. Agora, trazerem para aqui este assunto e dar cobertura ao que se diz nas redes sociais? Eu não entendo este Partido Socialista, muito francamente. Vocês sabem que há concertos para grandes espaços, até em campos de futebol, com trinta ou quarenta mil lugares, que esgotam em uma ou duas horas. Um espaço com 386 lugares esgota em minutos, mesmo havendo um limite por pessoa, quer nas reservas online, quer nas presenciais. No caso concreto, até houve um segundo espetáculo, que também esgotou, em poucos minutos. Mas, também há outros que não esgotam. Ainda há pouco, fui ver um espetáculo muito bom, com a Orquestra do Norte, que não esgotou. Vai haver uma peça de teatro com o João Baião, que, ontem, ainda tinha bilhetes, mas há muita procura. E basta que trinta ou quarenta pessoas, de uma vez, reservem mais que um bilhete, e fica logo esgotado. Não percebo como fazem disto um caso. Se é só isso que conseguem apontar à nossa gestão, estou muito satisfeito.”-----

-----**O senhor deputado José Joaquim Teixeira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“É só para dizer ao senhor deputado António Araújo que aproveitou a minha intervenção para dar outra imagem de uma polémica que existe e eu não disse nada disso. Eu não disse nada do senhor Presidente, nem fiz nenhuma acusação. Agora, que há um ruído social, que é preciso esclarecer e que nós queríamos entender, há sim, senhor deputado. Eu estou-me marimbando para as redes sociais, porque eu

frequento muito poucas redes sociais, mas tenho amigos e tenho outras pessoas e há coisas a que eu até nem dou provimento absolutamente nenhum. Mas, acho que é o momento de sabermos se existe alguma limitação. Para mim, é importante, há pessoas que se queixam, o Município tem um problema e eu quero expor a questão. Eu percebo que se deva enaltecer a construção do Cineteatro, e eu não viria aqui dizer que não. O Cineteatro tem uma história e eu lembro-me muito bem como é que foi a discussão, em 2000, sobre a história do Cineteatro de Amarante. E aquilo que se escrevia nos jornais. E que o Partido Socialista só fez só o projeto, mas também o comprou. E bem. E também resolveu muitos problemas jurídicos existentes com aquele edifício. Hoje, cada vez é mais fácil concretizar uma obra do que chegar até aí, porque são imensas as burocracias. E eu pergunto - vamos imaginar um cenário, em que o senhor Presidente da Câmara compra, e eu também estou completamente de acordo com a aquisição dos terrenos das oficinas do Matias Magalhães e que, porventura ou por outra coisa qualquer, no próximo ato eleitoral, o Partido Socialista ganha as eleições e concretiza lá um projeto. Alguma vez seria sério dizer que, o Dr. José Luís Gaspar, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Amarante, não teve mérito naquela aquisição? Teve, sim senhor, porque protegeu um terreno essencial para Amarante. Assim como teve o PS, com o Dr. Armindo Abreu, que fez muito bem em fazer aquela aquisição do Cineteatro. Eu lembro-me do que se escrevia na altura, onde se dizia que a Câmara Municipal de Amarante era a única do país, que era proprietária de um edifício onde existia um bar de alterne. Aliás, eu tentei encontrar, nestes dias, para um debate, algumas das atas do ano de 2000 - eu gosto de ler as atas, é uma coisa como outra qualquer -, para tentar ver isso, porque eu também me recordo dessas afirmações, porque é um facto que isso foi verdade e isso não é sério. -----

-----Por isso, senhor Presidente, espero que independentemente de eu continuar aqui, não sei se estarei ou não, dizer que o Dr. José Luís Gaspar, com o seu executivo do PSD/CDS-PP, teve mérito, ao comprar os terrenos das oficinas do Matias de Magalhães, assim como será muito sério dizer que só existimos, porque as obras são transversais aos diversos mandatos. Não é por conta dos autarcas, porque, por exemplo, vamos lá ver, os fundos comunitários, são o que são, agora são mais fáceis. Há também outra narrativa, que muitas vezes se faz aqui, sobre os fundos comunitários e a Câmara do PS, mas agora é mais fácil, pois há situações que não contam para o endividamento municipal. Agora, claro, não tiro o mérito de quem o faz. Mas, também foi, sobretudo, por causa de dois homens, o Dr. Rui Rio e o Dr.

António Costa, enquanto autarcas que, chegaram ali e disseram, «vamos mudar isto, porque senão, não nos fazem nada. Vamos ser mais operacionais ou continuaremos a ter grandes problemas na execução do plano de recuperação e resiliência». Quanto ao resto, não fiz nenhuma acusação ao Município. Pedi critérios, acho que é normal, não é nenhuma sindicância, para sabermos o que se passa, porque existe um problema e as pessoas falam diariamente, e não é só nas redes sociais.”-----

-----**O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Eu estava para não vir aqui, mas, infelizmente, nós agora não temos a resposta do Senhor Presidente, para depois podermos esclarecer tudo, como era no passado. Portanto, agora percebi a importância que o PSD dá à educação. «Intendência», senhor deputado? Não haver AEC’s, para si, é uma coisa banal, pode acontecer em qualquer lado? Acontece só em Amarante, porque, nos municípios à volta, todos têm as AEC’s a funcionar. Intendência é a obra de um muro, que até já tem ervas, junto ao Modelo-Continente. Intendência, para si, é isso, a segurança das pessoas. «Isso é uma intenção, a Câmara já explica». Agora os bilhetes é que são importantes! É essa a posição do PSD? Estamos esclarecidos, relativamente a isso.”

-----**O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----Primeiro, o muro, acho que sim, que deve ser reparado. O muro está assim, há meses. Mas, senhor deputado - o senhor não se lembra, não tem memória, vem sempre com este registo trágico -, no tempo do Dr. Armindo Abreu, sabe quando é que começavam as atividades de enriquecimento curricular? Não se lembra disso? Pois, o senhor não tem memória. Olhe, eu também me lembro de um muro, que esteve três anos para ser reparado, sobre o qual fizemos aqui várias intervenções, como o senhor fez agora, e bem, mas esteve três anos sem ser reparado, só que vocês não se lembram, pois não? Repare, senhor deputado, as atividades de enriquecimento curricular vão começar. Porque é que o senhor vem com essa tragédia, se as atividades de enriquecimento curricular vão começar daqui a uma semana? Isto é não ter nada para fazer política. Traga aqui assuntos sérios, porque nós estamos preparados para responder. O senhor vem aqui sempre com as atividades de enriquecimento curricular, todos os anos, mas, mais semana menos semana, elas começam. -----

-----O senhor deputado José Joaquim Teixeira disse que a Câmara Municipal comprou o edifício do Cineteatro, claro que sim, mas não o fez! Como também não

fez as termas. Também posso comprar muita coisa, mas se não fizer as obras...” --

-----**A senhora deputada Ercília Costa, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Senhor deputado António Araújo, eu espero que o Senhor Presidente da Câmara não tenha a mesma ideia do que é alterações climáticas que o senhor tem. O senhor desvalorizou as intervenções que fizemos e eu espero que o Senhor Presidente da Câmara, a quem já lancei o desafio das comunidades de energias renováveis, numa Assembleia Municipal anterior, se preocupe muito seriamente, muito mais que os bilhetes do Cineteatro e quem lá vai cantar ou atuar; e que todos nós nos preocupemos, efetivamente, com aquilo que o planeta está a passar e o que todos nós temos de fazer pelo planeta.” -----

-----**O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Eu não estava para falar neste período, mas, atendendo às intervenções que foram feitas antes, entendi vir cá trazer duas ou três notas, que me parecem relevantes. Começando pelas atividades de enriquecimento curricular, deixem-me dizer-lhes uma coisa. Os atrasos das atividades de enriquecimento curricular estão para Amarante, como as cheias estão para Lisboa. Ou seja, toda a gente sabe o que aconteceu, mas ninguém faz nada para que elas não aconteçam. Sabemos que é assim. Nós sabemos que, em Amarante, as coisas acontecem desta forma e não são só as atividades de enriquecimento curricular. O senhor deputado António Araújo fica muito preocupado, com o ar de tragédia que os deputados do Partido Socialista empregam nas suas intervenções. Ora bem, nós também ficamos muito preocupados com o seu ar trágico-cómico que emprega aqui nas suas intervenções, que, de alguma forma, desvaloriza aquilo que é importante, que é a vida das famílias que precisam de trabalhar e ter os seus filhos na escola, em segurança e a aprenderem, como é a missão das escolas e do Município, que tem responsabilidade nesta matéria. Mas, já agora, aproveito o facto de estar aqui, para colocar uma questão ao senhor Presidente da Câmara, já que estamos a falar de escola, ou estamos a falar de aulas, estamos a falar de alunos, que são, de facto, importantes, não são intendências. Durante este ano, numa linha de financiamento, que foi lançada no tempo do Partido Socialista, e que, agora, muito bem, o atual Governo está a dar seguimento, que tem a ver como o financiamento para a recuperação e reabilitação de escolas básicas dos segundo e terceiro ciclos e escolas secundárias. Houve uma primeira linha de financiamento, de 400M€, para todo o país, havendo a expectativa de o atual Governo

alargar para as restantes escolas que não caibam na primeira linha de financiamento. O Município de Amarante, e bem, candidatou a escola sede do Agrupamento Teixeira de Pascoaes. Portanto, a expectativa que toda a gente tem é que todas as escolas possam ser elegíveis para financiamento. E isso tem sido visível, face ao número de escolas que têm sido feitas por todo o país, nomeadamente na área da CCDR-N. E a pergunta que eu faço, é que, tendo o Município a garantia, posso dizer, de que as obras serão financiadas, quer através do PRR, quer através do Portugal 2030, quer através do BEI, porque é que as escolas de Vila Caiz e a EB do Marão não foram candidatas a esta linha de financiamento? Esta é uma oportunidade única para se poder reabilitar estas duas escolas, que já estão assim, há mais de trinta anos, que não tiveram um único prego ou quaisquer obras de requalificação, que tanto necessitam. O Município candidatou a EB,2,3 Teixeira de Pascoaes, e bem, porque estava mais degradada, mas perdeu a oportunidade de reabilitar as outras duas escolas, que necessitam urgentemente de obras de reabilitação.”-----

-----**O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Eu só queria fazer aqui um registo. É que parece que fui eu que trouxe para aqui o assunto dos bilhetes. Mas não fui eu que trouxe aqui o assunto dos bilhetes, isso é um erro, senhora deputada Ercília Costa. Portanto, a senhora quando está a criticar, com certeza, deve ser ao senhor que está ao seu lado, não fui eu que trouxe o assunto dos bilhetes, desculpe. -----

-----Depois, o senhor deputado Torcato Ferreira, por quem tenho estima pessoal, mas tem uma coisa que eu não gosto. Eu quando falo em política, não me refiro ao aspeto pessoal, falo de registos. Não falo que é impreparado, que é ignorante, que é mau, que é bom, que é bonito, que é alto, etc.. Não falo assim, portanto, agradeço também que, quando se dirigir a mim, não o faça nesse registo. É um favor que me faz e eu retribuirei sempre da mesma forma. -----

-----Senhora deputada Ercília Costa é evidente que as alterações climáticas não são uma intendência, mas também lhe digo uma coisa, vir para aqui discutir assuntos, em termos abstratos, também não adianta muito. Venha antes propor medidas para, eventualmente, arranjar algumas soluções para esses problemas.”--

-----**A senhora deputada Ercília Costa, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Eu peço desculpa ter de voltar aqui. A primeira questão é que, quando nós questionamos o senhor Presidente da Câmara, é o senhor Presidente da Câmara, não

é o senhor deputado António Araújo. O senhor pode vir comentar e opinar, não responder. E o senhor não ouviu o que eu disse. Eu questionei precisamente, e uma vez que se está a fazer a requalificação da Casa da Cultura e Juventude, se a Câmara Municipal tem previsto, no caderno de encargos, os painéis térmicos e fotovoltaicos. Não quero saber mais nada. Uma vez que se está a fazer uma intervenção, queremos saber se está a pensar, efetivamente, não no futuro, mas no momento imediato. Foi exatamente isso que eu disse, fui muito objetiva.” -----

-----**O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Antes de responder às questões que me foram colocadas, permitam-me que me associe ao voto de louvor que foi aqui apresentado por vós, sobre o momento trágico que o país atravessou e, em particular, nas zonas norte e centro, com uma grande incidência em Amarante. Aquilo que foi dito no voto que apresentaram é mais que merecido, mais que justo para com os e as autarcas destes territórios, que foram fustigados pelos incêndios, com os bombeiros que foram heroicos, com a população e todos os técnicos envolvidos. Portanto, quero também aqui prestar a minha homenagem a todos. -----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Cândido Zoio, sobre as atividades de enriquecimento escolar, a informação que tenho, é que se iniciam a partir do próximo dia 1 de outubro. Relativamente às críticas que apresenta, não vou rebater, até porque não tenho informação suficiente para poder rebater. Digo-lhe o que eu penso, ou o que peço. Na altura, quando foi apresentado, eu disse aos senhores vereadores que não sabia se seria o modelo ideal; pedi que os serviços avaliassem se este é o modelo ideal. Se for, continuamos; se não for, recuamos e tentaremos outro modelo. Aliás, a informação que eu tenho é que funcionou. Há coisas a acertar, outras, nem tanto, como em tudo o que são processos desta natureza. Aqui o interesse é o de melhor serviço, para que os nossos alunos sejam melhores. A informação que tenho dos serviços, é que resultou e que é preciso afinar uma ou outra situação. Aliás, foi isso o que foi dito aos senhores vereadores, se porventura for provado, por associações de pais, enfim, os todos aqueles que estão envolvidos no sistema educativo, se me disserem que este não é o modelo correto, damos um passo atrás e mudamos. Não temos nenhum compromisso com ninguém para dar continuidade. Claro que depois há aqui outras questões, como a questão da estabilidade dos colaboradores. Isto será sempre algo complicado, seja de uma maneira ou de outra, como devem compreender, até porque, este é um serviço, que,

atendendo à sua natureza e ao número de horas envolvidos, não é atrativo. -----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado José Joaquim Teixeira, sobre a limpeza da ecopista, pensei que já tinham feito a limpeza. Eu próprio já fui lá verificar, no outro dia, e não senti isso. Inclusive, pedi um relatório de avaliação dos serviços prestados pela empresa, para satisfazer um pedido dos senhores vereadores, porque também nos convém irmos avaliando o serviço prestado, porque foi um concurso impactante e que exige, por isso, uma boa monitorização. E também é dito nesse relatório que, em algumas áreas, ainda precisa de ser afinado, no que tem a ver exatamente com a limpeza. Isto é um serviço que está a começar e há aqui também a questão da dificuldade em recrutar recursos humanos, mas que, como foi garantido, na parte da recolha de resíduos, as coisas começaram a funcionar melhor e agora iam apostar mais nesta área da limpeza urbana e corrigir algumas lacunas. Aceito a crítica, até porque, volto a dizer, é uma área em que nós estamos expectantes, relativamente à evolução desta situação, mas quero crer que foi uma boa decisão que tomamos. -----

-----A questão do cemitério, volto a dizer, sim, é uma prioridade. Eu tenho plena consciência disso. Temos duas opções e ainda não sei qual a melhor. Seguramente, vocês até me irão ajudar a decidir, porque é uma decisão difícil. Posso dizer-vos que, ainda há dias, coloquei a questão a dois técnicos, os quais me transmitiram ideias absolutamente opostas e ambos com argumentos válidos. Depois, perguntei a dois arquitetos e aconteceu exatamente a mesma coisa. Isto para dizer que qualquer solução que venha a ser tomada, será objeto de comentários diversos. Não é fácil, é a entrada da cidade, num eixo estrutural que vai para a escola. Mas, sim, é prioritário, temos consciência disso e quero crer que, durante esta legislatura, pelo menos, o terreno possa ser adquirido. -----

-----As piscinas municipais estão em reparação, como é habitual. É uma piscina que já deveria estar fechada, mas ainda vai continuar funcionar durante alguns tempos. Julgo que, para o mês que vem, estará em funcionamento, mas cada vez precisa de mais intervenção, começa a ser complicado. E, por isso, é que damos continuidade ao protocolo que temos com o Colégio de Amarante, porque senão o problema seria maior. Enquanto não tivermos uma nova piscina, isto vai ser motivo de crítica política. Teremos que definir como vão ser as futuras piscinas e qual a forma para o seu financiamento. -----

-----Sobre o bar do Cine-Teatro, vamos ter lançar um novo concurso, uma vez que a empresa adjudicatária do anterior procedimento desistiu. -----

-----Relativamente à venda de bilhetes, são muitos quando a sala fica meio cheia, ou meio vazia, como queiram entender, e são poucos bilhetes quando, ao fim de cinco minutos, esgotam. Como deverão compreender, quando estamos ligados a uma plataforma online e quando um dos referidos espetáculos, em apenas dez minutos, esgotou e o segundo, em cinco minutos, eu contra isto não posso fazer nada. Deixem-me dizer-lhes que estes espetáculos faziam parte do ciclo de comemorações do primeiro aniversário da inauguração do Cineteatro. Era expectável que a Câmara Municipal pudesse convidar algumas pessoas, mas não convidou ninguém. Se calhar fez mal, porque eu também fico cansado com o nível tão baixo e com a falta de honestidade intelectual de algumas pessoas que escrevem nas redes sociais. É aterrador assistir ao que vai acontecendo, não só em Amarante, mas por todo o mundo. No outro dia, tive um colega, de uma autarquia vizinha, que me dizia, incomodado, depois de ter sofrido muito com os incêndios, que alguém publicou que ele devia estar a arder no meio das chamas. Isto incomoda, num caso em que o próprio chorava quando falou dos incêndios. As pessoas dão início a uma conversa nas redes sociais, aquilo ganha uma dimensão tal, que acaba por ir para além dos limites. Esta é a sociedade que estamos a criar, uma sociedade sem princípios, uma sociedade sem valores, uma sociedade sem nada. Enfim, desculpem por estar a dizer isto, mas é de gente menor. Aliás, eu falei nisso em reunião da Câmara Municipal, depois decidimos não convidar ninguém, nem eu fui, sequer. E espero que todos vós repudieis isto veementemente. Como devem compreender, o Presidente da Câmara não anda a oferecer bilhetes a ninguém. Aliás, deixem-me dizer-vos, eu nunca fui a nenhum espetáculo que não tivesse comprado o bilhete. Eu, José Luís Gaspar Jorge, que desempenha ainda a função de Presidente da Câmara Municipal de Amarante, nunca fui a nenhum espetáculo que não tivesse comprado o bilhete, a não ser o da inauguração. Mais do que isto, não tenho nada para vos dizer. E não tenho sequer palavras para lamentar aquilo que aconteceu. Entretanto, tal como já falamos em reunião da Câmara Municipal, vamos começar a ajustar o preço dos bilhetes. Como sabem, foi uma decisão que todos assumimos, de que, durante três anos, iríamos ter um preço abaixo do que deveria ser, mas, neste momento, acho que é chegada a altura de começar a aumentar o valor dos bilhetes e, seguramente, muito destes problemas irão ser dissipados. E, também, já agora, deixem-me dizer, nós promovemos o segundo espetáculo, não porque houvesse barulho, mas porque, logo na hora, ligaram-me, estava eu de férias, a dizer que tinha esgotado o primeiro. Como era o ciclo de espetáculos comemorativos do primeiro aniversário do

Cineteatro, dei indicações para verem da possibilidade de realizar o segundo, o que acabou por se concretizar.-----

-----A questão da Costa Grande, eu também fiquei aborrecido, mas aconteceu porque os serviços não se articularam entre si e, portanto, houve uma marcação de outro evento para o mesmo local, gerando um conflito. Isso levou a ADA a dizer que não tinha condições para realizar o seu evento. Depois, aconteceu que o outro evento – ainda relacionado com as Jornadas Mundiais da Juventude – acabou por não ter seguimento, porque não teve a adesão que a Igreja esperava. O que eu pedi aos serviços é que, a partir de agora, auscultem toda a gente, para evitar sobreposições. Mas, enfim, foi um lapso, que assumimos, esperando que não volte a acontecer.---

-----Quanto à intervenção da senhora deputada Ercília Costa, digo-lhe que nós também temos preocupações ambientais e, portanto, esta obra de requalificação na Casa da Juventude vai ter painéis fotovoltaicos e outros materiais que respeitem o ambiente. Não porque a lei obrigue, porque é uma reabilitação, mas, tal como diz, não faria sentido a Câmara Municipal não ter isso como primeira prioridade e, concordo consigo, tem de estar na linha da frente. -----

-----O senhor deputado Torcato Ferreira colocou a questão das escolas. Eu não vou entrar neste pingue-pongue, senão tinha que recuar no tempo e falar do QREN e disso tudo, porque isso também é história. Neste momento, temos ainda três escolas para fazer e tenho uma EB 2,3, neste caso, a de Teixeira de Pascoaes, para requalificar. É muita obra em escolas e, portanto, se nós conseguirmos fazer estas e concluir este compromisso já me dou por satisfeito. Não quer dizer que, depois de feitas as que referi, não possa avançar com a requalificação das escolas do Marão e de Vila Caiz, assim como da escola-sede, escolas essas que vão necessitar também de intervenção. A prioridade, neste momento, são as três escolas do ensino básico, as creches e a EB 2,3 de Amarante.” -----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Inscreveram-se para usar da palavra:-----

----- **O senhor António Adelino, que proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Queria colocar três questões ao senhor Presidente da Câmara Municipal e ao senhor Presidente da Assembleia Municipal. A primeira é que, quando uma ata é aprovada por unanimidade, entende-se universalidade de todos os presentes: deputados e presidentes da junta; e, sempre que houver intervenções do público, acho que lhe devia ser facultada a ata, se não a totalidade, pelo menos a parte em que alguém intervenha, para ver se concorda ou não com o que que fica transcrito

na mesma? -----

-----A segunda questão tem a ver com o MIMAR, a funcionar no Solar dos Magalhães. Questiono se já foi atribuído formalmente o nome MIMAR ao edifício Solar dos Magalhães? Pergunto isto, porque, sabendo nós que a direção do Festival MIMO, que não é gente de confiança, porque a gente teve um caso precedente, não admira nada que eles, agarrando-se na figura dos direitos de autor, venham a contestar. Por isso pergunto se já foi formalmente dado o nome MIMAR ao Solar dos Magalhães? Caso ainda não tenha sido atribuído, se o senhor Presidente tem respaldo jurídico para não haver problemas posteriores com a organização do MIMO. -----

-----A terceira questão está relacionada com os incêndios. Acho que foi a outra semana, naquele programa «É ou não é», em que o jornalista Manuel Carvalho falou lá que os planos diretores municipais têm de estar em conformidade com as diretrizes do plano diretor regional da floresta. E ele falou lá que só cem concelhos é que estão de acordo com essas diretrizes. Eu pergunto se Amarante está em conformidade?"

-----**O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Cunha, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"Quero esclarecer o senhor António Adelino que não me pode fazer perguntas a mim, nem eu lhe posso responder, de acordo com Regimento em vigor. No entanto, posso-lhe dizer que não temos de enviar ao público aquilo que aqui diz. Mas, se quiser tirar alguma dúvida, dirige-se ao secretário da Assembleia Municipal, que o deixará ler aquilo que disse."-----

-----**O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"Relativamente à questão do MIMAR, ainda não está decidido. Quero esclarecer que MIMAR significa «Museu de Identidade e Memória de Amarante»; e MIMO quer dizer «Mostra Internacional de Músicas em Olinda». São coisas completamente diferentes e não vai haver, seguramente, por parte da entidade que tem a organização do MIMO, qualquer incompatibilidade com o MIMAR. É assim que nos referimos ao edifício Solar dos Magalhães, acredito que será um nome simpático, mas que poderá, eventualmente, vir a ter outro. -----

-----Quanto à questão do plano diretor municipal e da articulação com o plano regional de ordenamento florestal, obviamente que foi adaptado e integrado no mesmo, de acordo com os normativos legais. Como sabem, o PDM de Amarante foi dos primeiros, da primeira geração, a ser aprovado. Julgo que, na zona norte, até terá sido o terceiro a ser aprovado. Obviamente, depois, todas estas alterações vão

sendo incluídas.” -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

-----O senhor presidente da Assembleia Municipal fez a leitura em voz alta da ordem do dia, passando-se de imediato à sua apreciação. -----

-----Lembrou que a todos os pontos se aplicavam os tempos referidos na grelha B.-----

-----De seguida, avisou que, de ora em diante, será necessário preencher uma declaração de inexistência de conflito de interesses, cujo modelo foi aprovado pela portaria n.º 185/2024, de 14 de agosto, dando assim, cumprimento ao n.º 2 do artigo 13.º do Regime Geral de Prevenção da Corrupção, aprovado em anexo ao D.L. n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro. Esta declaração deve ser preenchida e assinada nos procedimentos respeitantes às seguintes matérias ou áreas de intervenção: -----

-----a) Contratação pública;-----

-----b) Concessão de subsídios, subvenções ou benefícios; -----

-----c) Licenciamentos urbanísticos, ambientais, comerciais e industriais; -----

-----d) Procedimentos sancionatórios; -----

-----Por conseguinte, foram elaboradas declarações para os assuntos da ordem do dia constantes dos pontos 7, 8 e 9, por se enquadrarem na legislação atrás referida.-----

-----O formulário será entregue a cada membro deste órgão, o qual deve ser imediatamente devolvido após preenchido e assinado. -----

-----O formulário será distribuído em suporte de papel, mas fico na expectativa de que todos/as possam ativar brevemente a chave móvel digital para que, no futuro, as declarações possam ser previamente assinadas digitalmente e colocadas na *cloud*, de modo a evitar o desperdício de papel e preservar o ambiente. Para ativar a chave móvel digital, caso ainda não o tenham feito, poderão dirigir-se ao Balcão Único de Amarante, sito no Edifício dos Paços do Concelho, bastando fazer-se acompanhar do respetivo cartão de cidadão.-----

-----Nos assuntos em que se verifique conflito de interesses, os eleitos não podem participar na discussão e votação dos mesmos.-----

**1. Relatório de atividades e situação financeira do Município** - Para conhecimento; -----

-----Inscreveram-se para usar da palavra:-----

-----**O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"Pela leitura atenta do relatório que aqui se nos apresenta, quero apenas dar uma nota acerca da limpeza dos terrenos, relatado nas páginas 55 e seguintes, onde podemos verificar que foram feitas 74 vistorias a privados, por reclamação da população para limpeza dos terrenos, no prazo estipulado, que este ano foi até 31.05.2024. Falo de terrenos florestais, e bem, sendo que cada vez mais a sociedade está predisposta para se proteger dos incêndios pela prevenção, sendo a limpeza dos terrenos muito importante para a mitigação do risco no combate aos incêndios. ----

-----Não obstante esta perceção que todos temos, em que é cada vez maior o interesse por parte da população nesta matéria, Amarante, no pretérito dia 17 de setembro, ou seja, na semana passada, viu-se assolada por um conjunto de três incêndios que lavraram na zona da Serra da Abobreira, na zona de Vila Garcia, Aboim e Chapa e na zona de Vila Meã. Todos os casos com áreas residenciais e empresas nas proximidades. O combate a estes incêndios foi particularmente difícil, pois, segundo a proteção civil, em relatos feitos à comunicação social, os meios de combate eram insuficientes, tendo estado concentrados junto a zonas de casas e empresas, ocorrendo situações muito complicadas, e vou citar, «devido a condições meteorológicas e eventos imprevisíveis que projetavam fogo em várias direções». Por isso, o PS, nesta oportunidade, quer dar uma palavra de apreço e reforçar aquilo que foi o nosso voto de louvor, que também subscrevemos, e gratidão a todas as mulheres e homens que combateram este flagelo, colocando em risco a sua própria vida para defender as populações. Bombeiros, GNR, proteção civil, juntas de freguesia, autarcas e toda a população, que estiveram neste combate desigual. A todos os lesados, o nosso profundo lamento, como já referido no voto de pesar, esperando que as autoridades competentes agora façam o seu trabalho para rapidamente poderem recuperar aquilo que for possível e para retomarem as suas vidas. Ora, sabendo deste flagelo, a única questão que queremos colocar à Câmara Municipal é se ela própria, enquanto proprietária, tem cumprido com as suas obrigações, designadamente com a limpeza dos seus próprios terrenos, devendo até dar o exemplo, por ser autoridade nesta matéria? A título de exemplo e dando nota apenas de dois ou três terrenos: o denominado e já aqui referido, hoje, terreno da Fábrica do Matias, em pleno coração da cidade, o de Geraldês, muito próximo de habitações e empresas, a ladear a A4, o segundo campo do Carvalhal, em Fridão. Gostaríamos de saber as razões, porque é que essas limpezas não foram efetuadas atempadamente?"-----

-----**O senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do**

**PSD, proferiu a seguinte intervenção:-----**

-----"Permitam-me evidenciar aquilo que já vem sendo uma tradição em Amarante e que acho que não devemos esquecer, portanto, devemos realçar. Passou mais um verão, em que nós conseguimos ver a nossa cidade e o nosso concelho dinamizado por um conjunto de iniciativas e atividades de cariz cultural, desportivo e da juventude, que merecem o destaque. Os territórios são tão mais atrativos quanto mais conseguirem cativar as pessoas para neles viverem e Amarante tem vindo, ao longo dos últimos anos, a destacar-se nesse patamar, oferecendo um conjunto de iniciativas de qualidade e que, acima de tudo, são sinónimo de bem-estar para todos nós, amarantinos. -----

-----Gostava de evidenciar algumas coisas que não podemos deixar de notar, quando estamos numa Assembleia Municipal e devemos, não só tratar daquilo que é a gestão diária, que é o que eu tenho visto essencialmente a ser discutido pela oposição, não só de hoje, mas ao longo dos últimos mandatos, devemos também olhar para aquilo que é estratégico. E Amarante tem em si uma linha que nenhum de nós ignora. Uma linha que atravessa o nosso concelho e que é o rio Tâmega. E o rio Tâmega, muitas vezes, parece esquecido, mas depois, em campanha eleitoral, toda a gente diz que ele é importante. E nós tivemos também, durante o mês de agosto, a inauguração do trilho de Nossa Senhora do Vau, que foi prometido e foi cumprido que Amarante se viraria para o rio Tâmega e hoje podemos usufruir das margens do rio, depois de não o podermos usufruir, até há bem pouco tempo. Mas, mais do que isso, quando estamos numa Assembleia Municipal e quando assumimos este papel de autarcas, também devemos ter a responsabilidade de pensarmos naquilo que queremos para o futuro da nossa terra. E eu percebo que as questões do dia-a-dia são muito importantes, mas quando eu ouço o meu Presidente da Câmara a assumir, no discurso de inauguração do trilho de Nossa Senhora do Vau, que falta a Amarante uma condição essencial e volta a sublinhar a importância do rio Tâmega, eu não posso deixar de vir aqui à Assembleia Municipal agradecer por isso. Voltar a trazer o tema da regulação do caudal do rio Tâmega e a importância que isso tem para a cidade, para o concelho e para o ambiente em que nós todos vivemos, é essencial. Não podemos de maneira nenhuma deixar passar esta Assembleia Municipal e não posso deixar de lhe agradecer, senhor Presidente da Câmara, enquanto amarantino, enquanto membro desta Assembleia Municipal, por o ter feito. Isto é continuarmos a projetar futuro. -----

-----Ao mesmo tempo e mais à frente, inauguramos o espaço multifuncional do

Rossio, requalificamos as margens, continuamos a torná-las agradáveis, voltamos a ter um festival MIMO, com venturas e desventuras. A verdade é que faz mexer a cidade e isso é bom, respira-se, faz sentir Amarante viva. E, mais do que discutir a operação de venda de bilhetes - e eu tenho que fazer um parêntese, para voltar a dizer -, é triste o que estamos a fazer ao poder local e ao poder político, pois temo que, daqui a alguns anos, sejam muito poucos os disponíveis para se sentarem aqui, como estamos, hoje. É triste a política de desconfiança, do bota-abaixo, de tentar insinuar contra o bom nome das pessoas ou a boa atitude das pessoas, independentemente das cores dos partidos e da terra que for. -----

-----Suspeitar, seja de que forma for, que um Presidente da Câmara Municipal distribui bilhetes é, no mínimo, lamentável e triste, dizendo muito de quem pode lançar tal insinuação. Não posso, por isso, deixar de me solidarizar com o senhor Presidente da Câmara Municipal, com os senhores vereadores e senhoras vereadoras, com todos os responsáveis da autarquia, que lidam com este assunto. Mas, mais do que vir aqui falar dos bilhetes, ouvir falar de quem comprou o Cineteatro ou de quem o construiu, a verdade é que o temos e, melhor do que isso, é tê-lo a funcionar bem. É admirável, é assinalável e não podemos deixar de sublinhar, a programação de excelência que, durante este ano, já vimos acontecer em Amarante. Não tínhamos, passamos a ter, é bom para nós todos. Antes de criticarmos a venda de bilhetes, aplaudamos aquilo que se está a fazer, relativamente à programação cultural, que, até há pouco tempo, não tínhamos em Amarante. Os meus parabéns para quem tem estado a dirigir tudo isto. Caras e caros amigos, gostava mesmo de realçar o que temos feito, mas de insistir que, ou mudamos de atitude, ou a política, no futuro, será realmente triste e, pior do que isso, sofrerá e sofreremos todos aqueles que precisamos de política - e somos todos. Não há sociedade justa, digna, equilibrada, sem a democracia que todos conhecemos e, muitas vezes, somos nós, aqui dentro, que a estamos também a estragar. -----

-----Felicito, assim, o Município Amarante pela excelente atividade e por aquilo que está refletido no relatório, mas, acima de tudo, fico feliz por continuar a ver, ao fim de três mandatos, que o nosso Presidente da Câmara, que o nosso executivo continua a colocar na agenda e a sublinhar com veemência o que são as preocupações que Amarante deve continuar a ter para as próximas décadas." -----

-----**A senhora deputada Ana Margarida Carvalho, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"Gostaria de ressaltar um apontamento, quanto ao ponto um. Relativamente

ao quadro da quantidade de resíduos recolhidos e respetivos dados, verifica-se um aumento significativo da recolha de resíduos indiferenciados que, por consequência, gera uma diminuição, também significativa, da recolha do cartão, papel, vidro e embalagens, o que significa que a consciencialização e sensibilização da população na separação do lixo deve ser reforçada. As alterações climáticas e o impacto que elas nos causam, não pode ser esquecido. Mas o que é assim para as impedir estamos a falhar. A recolha de resíduos porta-a-porta poderá ser uma alternativa a uma melhor eficiência, mas, nesta fase, é necessário que o município reforce o apelo junto da população, seja nas escolas, junto dos jovens, mas também na sociedade adulta. Não vale de nada colocar e ter contentores disponíveis para a separação do lixo e não os utilizarmos. -----

-----Apela-se, assim, que se acolha as propostas do PS, relativamente a esta matéria.”-----

-----**O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Relativamente à questão colocada e a introdução que fez o senhor deputado Cândido Zoio, quanto aos incêndios e também da questão das limpezas, houve incêndios em treze freguesias, algumas delas agregadas.-----

-----Portanto, foi uma enormidade e muito preocupante porque estes incêndios foram diferentes de todos os outros. Tivemos situações que não estávamos habituados a ver, nomeadamente, na região periurbana, onde não havia histórico. Foi um desespero para os senhores e senhoras presidentes de junta das freguesias afetadas. Por exemplo, os incêndios ocorridos em Telões, em Vila Garcia, Aboim e Chapa, onde não é habitual arder naquelas zonas. Também na zona de Vila Meã, onde arderam terrenos junta de casas, foi uma coisa terrível e isto leva-nos a pensar seriamente. Permitam-me só dizer isto - não vou dizer tudo o que penso, acho que não vale a pena, já disse a algumas pessoas -, é transversal a todos nós, aqui não tem cores partidárias, não é a criticar ninguém; aliás, o que eu disse, e recusei-me sempre a falar para a comunicação social, acho que um autarca tem é de estar a lutar por aquilo que é a boa gestão dos meios que podemos ter e não estar a vestir um colete e falar para a comunicação social. Acho que não, não é esse o papel do autarca. Mas, depois de tudo passado, os três autarcas que rodeiam a Serra da Abobreira, falamos para a comunicação social, em que eu dizia uma coisa que, para mim, é muito importante, e que me entristece, é que nós falamos disto há cinquenta anos, isto já nos persegue, há cinquenta anos. Eu dizia que a comunicação social

estava a ouvir naquele momento, mas, daqui a três dias, já ninguém vai falar disto. Daqui a três dias, estamos a falar porque é que o Pedro Nuno Santos não vota o orçamento, porque o PSD não sei o quê, enfim, e ninguém vai dizer onde é que está a nossa responsabilidade? Eu dizia que vamos assumir que todos, sem exceção, temos as nossas responsabilidades. São os governos, as oposições, as autarquias, a sociedade civil, as instituições, todos temos responsabilidades. E eu gostava, de uma vez por todas, que fossemos consequentes com essa responsabilidade que temos. Infelizmente, eu temo que, daqui por dez anos, ainda estejamos a falar disto, sendo certo que há uma coisa que eu sei e todos nós, aqui nesta sala, sabemos, é que isto vai piorar mais.-----

-----Relativamente à intervenção da senhora deputada Ana Margarida. Aliás, dou-lhe os parabéns, julgo que será a primeira intervenção que faz aqui. Dou-lhe os parabéns e espero que o faça sempre, porque é sempre um prazer ver que a juventude está atenta e está determinada a ajudar.-----

-----Mas, efetivamente temos de refletir e, portanto, é bom que nós, pelo menos, em Amarante, façamos esse exercício e eu pedia-vos a vós - já fiz o apelo aos primeiros intervenientes -, vamos sentar-nos, refletir e definir um plano para apresentar. Eu pedi isso também na CIM-TS, onde temos dinheiro no âmbito da proteção civil, no sentido de fazermos um projeto a sério. Pelo menos, tentemos. Eu estou disponível e sei que vocês também estão.-----

-----Relativamente à questão concreta das limpezas, duas ou três considerações. Como sabem, nós temos equipas que definem onde se podem fazer queimadas, os seus critérios e prioridades. Por exemplo, a questão colocada, sobre os terrenos da Fábrica do Matias e de Geraldês não são consideradas áreas florestais e, por isso, não fazem a intervenção. Não quero com isso dizer que não têm de ser limpos, com certeza que sim, mas em termos daquilo que é o combate aos fogos florestais, aquilo que é a prioridade, os serviços com responsabilidades nessa área é que têm que definir as áreas de intervenção, onde é que mandam os sapadores florestais. O terreno da quinta das Fontainhas foi limpo pelos sapadores florestais. O outro terreno, não tenho informação, não o posso esclarecer agora. Contudo, agradeço a chamada de atenção relativamente a isso.-----

-----Quero agradecer as palavras simpáticas do senhor deputado Carlos Carvalho. A questão da programação cultural são equipas que a pensam e estruturam, não é o Presidente da Câmara Municipal, estejam descansados. Temos equipas capazes de pensar, atendendo, por vezes, às limitações orçamentais, mas

também concordo que têm feito um excelente trabalho, em termos de programação.

-----O rio Tâmega é, efetivamente, uma preocupação de todos nós, amarantinos, e acho que é uma luta que vamos travar todos, neste mandato e no próximo, acho eu. E acho que todos nós, que temos consciência e principalmente aqueles que conhecem o rio, temos um motivo de apreensão e preocupação, quanto ao seu caudal.-----

-----Por último, a questão colocada pela senhora deputada Ana Margarida, é muito pertinente. Curiosamente, hoje, cinco autarcas do PSD, no distrito do Porto, estivemos a almoçar com um Senhor Ministro e falamos exatamente disto. A questão dos resíduos é um drama e é um desconsolo saber que nós, em 2030, não vamos cumprir as metas, ponto final. E que, mais uma vez, como nos fogos, andamos a brincar. Eu dou este exemplo, vale o que vale, e seguramente vocês terão argumentos muito mais válidos do que eu para falar disto. Como sabem, sempre fui muito crítico da TGR, não porque ela não deva acontecer, mas da forma como acontece. Eu disse numa altura, numa reunião, na ERSAR, que a ideia que me dá é que aquilo é para castigar as pessoas. Parece como antigamente, na escola, estão aqui pessoas que sabem que se batia nas crianças. Hoje em dia, sabemos que, em termos pedagógicos, não é castigando, é tentando encontrar formas de as pessoas mudarem comportamentos. Como a senhora deputada Ana Margarida acabou de dizer, temos de ver o que é que podemos fazer, em termos de sensibilização, e quais são os modelos que vamos usar. Esta devia ser a regra da TGR, de ajudar e dar mais equipamentos para o território. A recolha ponto a ponto poderá ser o futuro, embora nós não tenhamos escala. Uma coisa é em Guimarães, por exemplo, que faz esse trabalho muito bem, mas tem a ver também com a sustentabilidade. Neste momento, ainda não temos condições para o poder fazer. Em 2030, só poderemos enviar para aterro 10 % dos resíduos e, neste momento, temos mais de 50%. Ninguém acredita que, em 2030, vamos ter capacidade para isso. Depois, há muitas outras questões, que têm a ver com os aterros e um sem número de coisas. Mas isto é uma reflexão muito interessante e fico satisfeito por ver como os jovens estão preocupados e motivados para ajudar a encontrar soluções, porque é uma causa de todos, também do Município e das entidades com responsabilidades. Eu estou à vontade, porque no tempo do anterior governo criticava a forma como era encarado o lixo. Como já disse, já fiz críticas, hoje, perante um ministro do atual governo. Aliás, todos pedimos que nos marcassem uma reunião com a senhora ministra, para que venha cá e se inteire daquilo que é o erro que está a ser feito neste país. O erro não está a corrigido e se

nós não assumirmos que é um erro e que é preciso encontrar soluções, vamos passar para o governo que vier. Não temos ainda uma solução, nem temos os recursos necessários, mas é uma prioridade na nossa agenda política.”-----

-----Este assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação.-----

**2. Relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao primeiro semestre de 2024** - (Registo

n.º 7599/2024/09/12) – Para conhecimento; -----

-----Não houve inscrições para usar da palavra.-----

-----Este assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação.-----

**3. Nona alteração Orçamental - Segunda alteração modificativa (revisão) aos documentos previsionais do ano de 2024** - (Registo n.º

7595/2024/09/12).-----

-----Inscreveram-se para usar da palavra:-----

-----**O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Aquilo que me traz aqui, em relação a esta revisão orçamental, é essencialmente para transmitir o nosso sentido de voto, que será a abstenção, em coerência com aquilo que votámos no orçamento municipal. Contudo, e até porque o senhor deputado Carlos Carvalho falou de planeamento, não posso deixar de pensar que quando há uma anulação de cabimento, para transição para o ano seguinte de 68% de uma rubrica, que é só um dos temas mais críticos que a sociedade atravessa, que é a falta de habitação, na rubrica habitação, 2,4M€, por falta de execução, é a prova provada, uma evidência clara da falta de planeamento ou da incapacidade de execução. Não estou a ver que quem tira 70% de um orçamento de um ano para o seguinte, numa rubrica, isto seja planeamento. A segunda nota tem a ver também com as palavras do senhor Presidente da Câmara Municipal, que eu subscrevo integralmente, de que o país tem que se pensar à distância e aquilo que, há pouco, disse o senhor deputado José Joaquim, quando se conseguiu trazer o PRR para Portugal, este quadro comunitário é muito fechado no tempo. Em 2026, terminará, à partida, e quando nós empurrámos 68% numa execução para 2025, nesta medida da habitação, a probabilidade de não conseguir cumprir o plano da estratégia local de habitação é crítica. E numa das situações em que estamos a pensar, não é só em Amarante, como em todo o país; é só olhar para o preço das casas e a incapacidade

que temos para conseguir atrair para cá as pessoas. Não foi pelo tema da habitação, mas fiquei um bocado aturdido quando vi que a grande revisão, digamos assim, a grande alteração orçamental, é isto que estamos a discutir aqui, transitar este valor para 2025.”-----

-----**O senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Venho só dar nota de que a bancada do PSD votará favoravelmente, neste ponto. Naturalmente, descansados, apesar dessa anulação de cabimentação. Eventualmente, o senhor deputado não viu, mas o governo assinou, em julho passado, os contratos com as autarquias, para se poder executar aquilo que está a falar, com as medidas necessárias para a execução e para o parque de habitação poder ser maior. Depois, é fácil entender que, entre a assinatura, entre os procedimentos de contratação pública e a sua execução propriamente dita, a verba não ia ser toda utilizada durante este ano, naturalmente. É demagogia vir cá dizer isto e aquilo, mas é o que é.”-----

-----**O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Relativamente à intervenção do senhor deputado Cândido Zoio, quero dar nota de que percebo que o senhor deputado, politicamente, queira ficar bem na ata ao dizer essas coisas. Mas, como deve compreender, isto é programação. Quando iniciamos, temos uma perspetiva da candidatura e o senhor sabe o que aconteceu depois, em termos de PRR, e o que aconteceu agora com as assinaturas. Neste momento, já temos 13 M€ comprometidos, em que nós, até junho de 2026, vamos ter que cumprir. Estão aqui senhoras e senhores presidentes de junta, a par de muitas IPSS, que colaboraram com a Câmara Municipal, no levantamento das necessidades, fizemos as candidaturas, que foram submetidas, e começamos a desenvolver os projetos. Estamos a falar de algumas centenas de projetos para habitações. E isto demora o seu tempo, até porque não é fácil. Nenhum de nós, aqui, nesta sala, tinha sequer capacidade para perceber como é que isto se ia desenvolver. Acontece que, neste momento, fico feliz por tudo o que foi feito. Por exemplo, na próxima reunião da Câmara Municipal já vai um prédio, em Ataíde, com dezassete frações, para lançar a empreitada. A seguir, irá um volume considerável de concursos que queremos lançar. Isto para dizer que não foi a Câmara Municipal de Amarante que falhou. Com os recursos que tínhamos, com aquilo que foi toda esta tramitação, acho que nós fizemos um bom trabalho. Por isso é que eu decidi falar, embora que

este processo nem passa por mim, mas sim pelo senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal e pela equipa técnica dos serviços municipais, e não só, que têm trabalhado nisso, considero que estão a fazer um trabalho inexcelente. Mas, deixe-me dizer-lhe, que calendarização e programação é isto o que nós estamos a fazer. A empreitada vai ser lançada, ficaremos na expectativa que surjam concorrentes, uma vez que vai haver muitas obras do mesmo âmbito, por todo o país, inclusive do Estado. Mas eu quero acreditar que os empresários da nossa região possam ajudar Amarante. A calendarização que fizemos foi a possível, por isso fazemos esta revisão. Mesmo que arrancassem agora todas as candidaturas em simultâneo, teríamos de fazer a alteração orçamental, uma vez que não seria possível comprometer todo o valor cabimentado até dezembro. Isto, sim, é programação, só intervimos para contraditar aquilo que o senhor deputado disse.” -----

-----**O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Quero apenas dar um esclarecimento, porque, quer o meu camarada Cândido Zoio, quer o deputado Carlos Carvalho não estiveram cá na última Assembleia Municipal, onde este assunto foi discutido. Portanto, e tendo em conta aquilo que foi dito naquela Assembleia Municipal e o que foi dito, agora, pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, pode ficar no ar a última intervenção e, enfim, se ninguém vier cá contradizer, uma mentira dita muitas vezes não pode passar a ser verdade. Por isso, quando o senhor Presidente da Câmara Municipal diz que não foi Amarante que não planeou, que não foi Amarante que esteve mal neste processo, e, de alguma forma, não conseguiu cumprir com o previsto na estratégia local de habitação e com as candidaturas, que não foi o Município que falhou e foi, portanto, toda a conjuntura nacional e internacional que levou a que isto acontecesse, como se sabe, isso não é verdade. E eu vou redizer o que disse em junho, deste ano, e, porventura, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal poderá também referir o que disse da outra vez, mas dizer que, de facto, a estratégia local de habitação e a lei que estipula o Primeiro Direito, é de 2019, agora estamos em 2024. E também dizer ao senhor deputado Carlos Carvalho que, este ano, em maio, foi o término para que os municípios fizessem as candidaturas, mas já podiam ter sido feitas há muito tempo, como tinha acontecido em muitos municípios.” -----

-----**O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Mais uma vez, quero dizer que fica bem vir falar aqui, para ficar bem na

ata. O senhor deputado tinha de vir aqui dar nota de que é um grande conhecedor desta questão, e seguramente o é. Mas, nós também o somos e cumprimos os prazos. Mas, no final, faremos as contas e eu ainda espero fazer aqui um balanço de quantas câmaras municipais é que avançaram, ao abrigo do PRR. Esta é uma questão interessante, saber quantas câmaras municipais tiveram a capacidade que a Câmara Municipal de Amarante teve? E não foi só por mérito nosso, foi de todas e de todos, algumas aqui presentes na sala, que tiveram a capacidade de identificar, fazer projetos, negociar e lançar candidaturas para a sua execução. São muito poucas as autarquias que o conseguiram e temo ter razão no que digo. A Câmara Municipal de Amarante, seguramente, vai ser um exemplo, no que respeita a apresentar candidaturas. A não ser que as empresas não concorram, mas aí não podemos fazer nada, os preços estão tabelados. Contudo, creio que vão aparecer empresas a concorrer. Se decorrer de acordo com a nossa programação, estou certo de que vamos ser um dos concelhos com maior índice de execução. Depois, mesmo que eu não esteja cá, acredito que o senhor deputado, com a capacidade intelectual e política que lhe reconheço, virá aqui dizer que o então Presidente da Câmara da Amarante era um grande visionário e tinha muita razão". -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou, por maioria, aprovar a nona alteração orçamental - segunda alteração modificativa (revisão) aos documentos previsionais do ano de 2024, conforme proposta da Câmara Municipal. -----

-----Esta deliberação foi tomada por: 29 votos a favor, 21 abstenções e 0 votos contra. Encontravam-se presentes 50 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 50 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

**4. Desafetação de parcela de terreno do domínio público municipal -**  
(Registo n.º 10422/2023/11/30). -----

-----Inscreveu-se para usar da palavra:-----  
-----**O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"É só para informar que o Partido Socialista, votará favoravelmente os pontos 4 a 9 da ordem do dia, sem prejuízo da votação em separado, particularmente

os pontos 7, 8 e 9, aos quais têm de ser entregues as declarações de inexistência de conflitos de interesses. O sentido de voto é feito em articulação e acompanha a posição dos senhores vereadores do Partido Socialista, em sede de reunião da Câmara Municipal.” -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou aprovar a desafetação do domínio público municipal do prédio urbano, denominado Lote 13, com a área de 665m<sup>2</sup>, sito na Rua da Cumieira, da União das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina) e inscrito na matriz urbana desta freguesia sob o artigo 2112.º e não descrito na Conservatória do Registo Predial e subsequente integração no domínio privado do Município de Amarante e registo predial do mesmo a seu favor, de acordo com a proposta da Câmara Municipal. -----

-----Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação deste ponto o senhor deputado José Joaquim Teixeira, por se encontrar ausente da sala. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação desta minuta o senhor deputado José Joaquim Teixeira, por se encontrar ausente da sala. -----

**5. Alteração ao Código Regulamentar do Município de Amarante - Livros III - Urbanismo, IV - Intervenção Sobre o Exercício de Atividades Privadas, VII - Receitas Municipais - Anexo VII/1 - Tabela de Taxas e VIII - Fiscalização e Sancionamento de Infrações - (Registo n.º 5880/2024/07/11).**-----

-----Não houve inscrições para usar da palavra. -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou aprovar a alteração do Código Regulamentar do Município de Amarante - Livros III - Urbanismo, IV - Intervenção Sobre o Exercício de Atividades Privadas, VII - Receitas Municipais - Anexo VII/1 - Tabela de Taxas e VIII - Fiscalização e Sancionamento de Infrações, conforme proposta da Câmara Municipal. -----

-----Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação deste ponto o senhor deputado José Joaquim Teixeira, por se encontrar ausente da

sala.-----  
-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação desta minuta o senhor deputado José Joaquim Teixeira, por se encontrar ausente da sala. -----

**6. Regulamento municipal de gestão de arvoredo em espaço urbano do Município de Amarante - (Registo n.º 5750/2024/07/05). -----**

-----Não houve inscrições para usar da palavra. -----  
-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberou aprovar o Regulamento Municipal de Gestão de Arvoredo em Espaço Urbano do Município de Amarante, conforme proposta da Câmara Municipal. -----  
-----Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação deste ponto o senhor deputado José Joaquim Teixeira, por se encontrar ausente da sala. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação desta minuta o senhor deputado José Joaquim Teixeira, por se encontrar ausente da sala. -----

**7. Autorização para a abertura de procedimento por concurso público internacional para a concessão de uso privativo do domínio público do Município de Amarante para instalação e exploração publicitária de mobiliário urbano e remoção de painéis de publicidade exterior - (Registo n.º 7562/2024/09/12). -----**

-----Não houve inscrições para usar da palavra. -----  
-----A Assembleia Municipal deliberou autorizar a abertura de procedimento por concurso público internacional para a concessão de uso privativo do domínio público do Município de Amarante para instalação e exploração publicitária de mobiliário urbano e remoção de painéis de publicidade exterior, conforme proposta da Câmara Municipal. -----  
-----Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 50 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----  
-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 50 membros dos 53 que compõem esta

Assembleia Municipal.-----

**8. Declaração de interesse público municipal** – Requerente: Scof II – Investments, S. A. – (Registo n.º 949/24 CIM).-----

-----Não houve inscrições para usar da palavra.-----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea r) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou declarar de relevante interesse público municipal o conjunto de edifícios e envolvente da Quinta Casa de Pousada, conforme proposta da Câmara Municipal.-----

-----Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 50 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 50 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal.-----

**9. Declaração de interesse público municipal** – Requerente: Junta de Freguesia de Ansiães – (Registo n.º 20167/2024/09/12).-----

-----Não houve inscrições para usar da palavra.-----

-----O senhor deputado Hugo Peixoto e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ansiães, António Brandão, alegaram a existência de conflitos de interesses e saíram da sala de sessões, não tendo na votação deste ponto, nos termos do disposto nos artigos 69.º a 76.º do Código do Procedimento Administrativo.-----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea r) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou declarar de relevante interesse público municipal a Casa Mortuária, na Freguesia de Ansiães, conforme proposta da Câmara Municipal.-----

-----Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 48 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participaram na votação deste ponto, o senhor deputado Hugo Peixoto e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ansiães, António Brandão.-----

-----A presente deliberação foi aprovada, por unanimidade, em minuta para surtir efeitos imediatos. Encontravam-se presentes 48 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal.-----

**10. Designação de representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho Consultivo da Paisagem Protegida Regional da Serra da Aboboreira** – (Registo n.º 20627/2024/09/19).-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Cunha, deu nota da

entrada de uma única proposta, apresentada pelo Grupo Político Municipal do Partido Socialista, do seguinte teor: -----

-----“Venho por este meio propor a designação do membro da Assembleia Municipal, Ana Margarida Fernandes Carvalho, como representante da Assembleia Municipal de Amarante, para integrar o Conselho Consultivo da Paisagem Protegida Regional da Serra da Aboboreira. Esta nomeação visa assegurar que a Assembleia Municipal esteja devidamente representada nas deliberações e decisões que envolvem a gestão e preservação da paisagem protegida. -----

-----A designação de Ana Margarida Fernandes Carvalho para o Conselho Consultivo é justificada pelo seu compromisso com a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável da nossa região. Acrescentando que a candidata é residente numa das freguesias abrangidas na área da Paisagem Protegida. Acreditamos que a sua participação no Conselho Consultivo trará uma perspetiva valiosa e contribuirá significativamente para a tomada de decisões informadas e equilibradas. -----

-----Solicitamos a vossa apreciação e colocação à votação desta Assembleia, para a indispensável aprovação desta proposta, na certeza de que a inclusão de Ana Margarida Fernandes Carvalho, no Conselho Consultivo será benéfica para a nossa comunidade e para a preservação da Paisagem Protegida Regional da Serra da Aboboreira. -----

-----Amarante, 29 de setembro de 2024. -----

-----O Grupo Municipal do Partido Socialista.” -----

-----Inscreveram-se para usar da palavra:-----

-----O senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção: -----

-----“Nos últimos mandatos, e neste, em particular, temos procurado sempre que, quando se trata de indicar representantes desta Assembleia Municipal para organismos externos, órgãos externos ou conselhos consultivos externos, exista um entendimento entre as diversas bancadas. -----

-----Este ponto surgiu posteriormente à reunião de líderes e, portanto, não foi discutido nessa reunião. Mas, foi depois enviado um contacto aos líderes das restantes bancadas, pelo líder da bancada do Partido Socialista, Cândido Zoio, dizendo precisamente isto: *normalmente há um consenso entre nós para indicar pessoas para estes órgãos e, portanto, nesse sentido, está aqui o nome que vamos indicar.* Eu confesso que quando vi aquele e-mail, disse: *muito bem, não é assim que*

*se faz, porque antes de se indicar o nome, e se é para existir um consenso, pelo menos, fala-se com as pessoas, não se envia um e-mail a dizer está aqui o nome.* Cada um está como quer e, cada um de nós deve registar as coisas como quer, e deve registar e naturalmente que a registei. No meu entendimento, houve aqui uma falha de cortesia e elegância por parte da bancada do Partido Socialista para com as restantes bancadas. Manifestei o meu desagrado e, considero que não temos que responder à deselegância com uma deselegância maior e, portanto, eu considero que, eventualmente, eu podia ter respondido a seguir, dizendo que se vocês querem fazer isso, nós então vamos apresentar também uma lista. E, repensando a situação com os meus colegas de bancada, entendemos que não vamos apresentar um nome. Contudo, vamos anotar a atitude que Partido Socialista teve e que, pelos vistos, é comum. Deve ser um vírus que agora está a circular no partido. Mas queremos realçar que não gostaríamos que passasse a ser esse o procedimento, daqui para a frente. Com isto quero dizer, enquanto líder da bancada, que, para nós, até é mais importante, e o senhor Presidente de Câmara Municipal, ainda há pouco, o referenciou, a pessoa em causa merece-nos toda a consideração, até pela intervenção que ainda há pouco teve. Nesse sentido, associamo-nos à proposta e votaremos favoravelmente o nome apresentado pelo Partido Socialista, mesmo considerando que o método para aqui chegar não foi o ideal.-----

-----Quero ainda dizer que, nesse sentido, e apesar de se tratar de votação de uma pessoa, não vejo problema em votar sem a necessidade do voto em papel, porque a bancada do Partido Social Democrata está completamente confortável em votar de braço no ar.” -----

-----**O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Cunha**, solicitou aos representantes dos grupos políticos municipal do CDS-PP e do único representante do grupo de cidadãos eleitores “Juntos por Ansiães”, que manifestassem as suas posições: -----

-----**O senhor deputado João Leite, do Grupo Político Municipal do CDS-PP, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“A posição do CDS-PP vai em linha com a posição da bancada do Partido Social Democrata. Aliás, depois das trocas de e-mails, eu e o senhor deputado Carlos Carvalho falamos sobre o assunto e sobre o que poderia ser feito e decidimos também, em nome da coligação, seguir a posição que o senhor deputado Carlos Carvalho acabou de transmitir.” -----

-----**O senhor António Brandão, Presidente da Junta de Freguesia de**

**Ansiães e representante do grupo de cidadãos eleitores “Juntos por Ansiães”, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Quando recebi o *e-mail* do Partido Socialista e, passado pouco tempo, uma contrarresposta do senhor deputado Carlos Carvalho, também eu fui defensor de que deveríamos aceitar o nome proposto, em unanimidade. Aliás, também disse que, se assim não fosse, iria abster-me. Portanto, uma vez que se conseguiu este consenso, fico muito satisfeito e, com certeza, irei votar favoravelmente. -----

**-----O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do Partido Socialista, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Quero dizer duas ou três questões. A primeira, é que - e agradecendo, desde já, o apoio das bancadas dos outros grupos políticos, em relação ao nome proposto -, este assunto foi incluído na ordem do dia após a referida reunião de líderes. Eu aguardei dois dias, sobre a possibilidade de podermos marcar uma reunião e estava muito em cima do tempo. Como em todas as outras designações, houve sempre esse consenso, quando eram propostos mais que um, nós alternávamos entre os primeiros e os seguintes, os efetivos e os suplentes, etc.. Essas coisas eram acordadas na reunião prévia, como deve ser, com serenidade e até apontando logo os nomes, porque, às vezes, é mais importante os nomes que vão representar-nos neste tipo de órgãos, até pelo conhecimento que possam ter das matérias. -----

-----Por isso, quando enviei o *e-mail*, foi já em desespero de causa, porque anuí a possibilidade de acrescentar este ponto, a pedido do senhor Presidente da Assembleia Municipal, que, penso, consultou todas as outras bancadas para integrar este ponto, após a reunião de líderes, como estava muito em cima, fiz a proposta já incluindo o nome. Até porque, o PSD e o CDS-PP, e bem, têm maioria na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, têm mais representações, temos aqui a pessoa que entendemos indicar. Eu não percebo aqui qual é a deselegância. Estamos a falar apenas de um lugar, portanto, “eu acelerei”, digamos assim, porque nós gostamos de mais ação. Acelerei o passo, o PS apresenta este nome e gostaríamos que tivesse o acompanhamento das outras bancadas. E vejo que, afinal, a decisão do Partido Socialista até foi acertada, porque o nome é consensual neste órgão.” -----

**-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Cunha, tomou a palavra, proferindo a seguinte intervenção:** -----

-----“Antes de mais nada, queria esclarecer outras coisas que são importantes. Primeiro, eu soube da inclusão deste ponto na passada segunda-feira, quando nós já tínhamos tido a reunião prévia, como sabe, no dia 17, ou seja, dez dias antes da

Assembleia Municipal, o que respeitava, aliás, vai para além do prazo previsto na lei. Este assunto surgiu após a reunião, a pedido da entidade remetente, e, se calhar, mesmo não concordando, se quiser, um pouco triste, porque as coisas podiam ter sido feitas melhor. A primeira pessoa contactada foi o senhor deputado Cândido Zoio, que deu a sua anuência, telefonei ao senhor deputado Carlos Carvalho, que não atendeu, mas retribuiu a chamada e concordou com a inclusão, os restantes, também concordaram. Portanto, foi incluído este ponto com a concordância de todos os grupos políticos municipais. -----

-----Em boa verdade, este ponto também devia ser feito por votação secreta, apesar de todos dizerem que votariam a favor. Ou seja, o plenário assume claramente que prescinde da votação secreta.” -----

-----Inscreveu-se para usar da palavra:-----

-----**O senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“É só para dizer que o que está em causa não tem nada a ver com o agendamento do ponto. Estamos todos tranquilos relativamente a isso. A única coisa que aqui coloquei em causa e que eu acho que não foi correta, foi a forma como a bancada do Partido Socialista fez a proposta, indicando e propondo automaticamente um nome antes de falar com as outras bancadas. Formalizou uma proposta que se quer de consenso, sem falar com as outras bancadas. Correu o risco de não haver consenso. Foi só isso, foi enviada essa proposta dessa forma, que não é o normal, não é o habitual. Se agora vamos votar por voto secreto, se vamos votar de braço no ar, nós estamos disponíveis para votar de qualquer forma e não nos opomos a votar de braço no ar. Se entendem que isso pode colocar em causa algum tipo de legalidade, deixo ao critério da Mesa. A Mesa é que toma a decisão. Nós estamos disponíveis, só isso.”-----

-----Procedeu-se, de imediato à eleição por voto secreto da proposta apresentada pelo Grupo Político Municipal do Partido Socialista, tendo-se verificado o seguinte resultado: 42 votos a favor, 2 votos contra e 5 votos em branco. -----

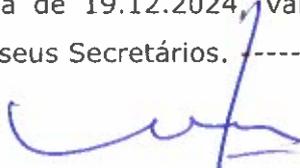
-----Deste modo, ficou designada a senhora deputada Ana Margarida Fernandes Carvalho, para integrar o Conselho Consultivo da Paisagem Protegida Regional da Serra da Aboboreira. -----

-----Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, quando eram vinte e três horas e dez minutos.---

-----Da presente reunião foi lavrada esta ata, que, depois de lida e aprovada, por

unanimidade, na sessão ordinária de 19.12.2024, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e pelos seus Secretários. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA



O PRIMEIRO SECRETÁRIO



O SEGUNDO SECRETÁRIO

